

JOSÉ GONÇALVES MACHADO

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO DE CABO VERDE À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS

PREFÁCIO DE
ANILDO FORTES

ÍNDICE

Prefácio.....	5
Siglas e Abreviaturas.....	7
I. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	9
1. Direito substantivo/material versus direito adjetivo/processual	9
2. O direito processual do trabalho em Cabo Verde.....	11
3. A Reforma em curso.....	12
3.1. Contexto económico, social e político	12
3.2. Objetivos e linhas orientadoras	14
II. PRINCÍPIOS GERAIS	19
1. Noções gerais.....	19
2. Direito de acesso à justiça	22
3. Princípio da igualdade das partes.....	28
4. Princípio do dispositivo	29
5. Princípio do contraditório	34
6. Princípio da preclusão ou da eventualidade	38
7. Princípio da oficialidade (inquisitório e poder-dever de gestão processual)	41
8. Princípio da celeridade processual.....	49
9. Princípio da economia processual	51
10. Princípio da livre apreciação das provas	53
11. Princípio da aquisição processual	57
12. Princípio da imediação	58
13. Princípio da boa-fé processual.....	61
III. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	69
1. Considerações introdutórias	69
2. Competência especializada dos juízos do trabalho.....	70
2.1. Organização dos tribunais judiciais.....	70

•	
2.2. Competência dos juízos do trabalho	72
2.3. Competência internacional	73
2.4. Competência interna	74
2.4.1. Em razão da matéria	74
2.3.3. Em razão da hierarquia	78
2.3.4. Em razão do território	78
2.3.5. Extensão (e modificação) da competência	81
3. Capacidade judiciária	82
4. Legitimidade	85
5. Patrocínio judiciário	87
IV. TRAMITAÇÃO PROCESSUAL	91
IV-A. DAS PROVIDÊNCIAS CAUTELARES	93
1. Considerações introdutórias	93
2. Natureza urgente (e muito urgente)	95
2. Procedimento cautelar comum	96
2.1. Pressupostos gerais e tramitação	96
2.3. Casos	100
3. Procedimento cautelar especificado de suspensão de despedimento	106
3.1. Âmbito	106
3.1. Requerimento e meios de prova	107
4.3. Audiência final, decretamento, recurso e caducidade da providência	109
3.5. Casos	113
4. Procedimento cautelar especificado de proteção da segurança e saúde no trabalho	118
4.1. Âmbito e legitimidade	118
4.2. Exame e deferimento	119
4.3. Caso	120
5. Procedimentos cautelares especificados regulados no CPC (breve referência)	120
IV-B. DO PROCESSO DECLARATIVO COMUM	123
1. Considerações introdutórias	123
2. Fase do articulados:	127
2.1. Petição inicial e despacho liminar	127
2.2. Audiência prévia de conciliação	129
2.3. Contestação, reconvenção e revelia	133
2.4. Instrução (breve referência)	136

4. Saneamento ou condensação (gestão inicial do processo e audiência preparatória).....	137
5. Discussão e julgamento da causa.....	138
5.1. Comparência e falta das partes e adiamento da audiência.....	138
5.2. Tentativa de conciliação.....	139
6. Sentença.....	142
7. Recursos.....	144
IV-C. DOS PROCESSOS ESPECIAIS.....	145
1. Objeto.....	145
2. Estrutura.....	147
3. Fase conciliatória.....	147
3.1. Participação.....	147
3.2. Tramitação subsequente (regime regra).....	149
3.2.1. Tramitação subsequente em caso de morte.....	151
3.2.2. Tramitação subsequente em caso incapacidade permanente	152
3.3. Tentativa de conciliação.....	152
4. Fase contenciosa	155
4.1. Início: petição inicial ou simples requerimento inicial.....	155
4.2. Contestação à petição inicial.....	158
4.3. Despacho saneador, audiência final e sentença	158
5. Incidentes.....	160
5.1. Fixação de prestações periódicas	160
5.2. Fixação de incapacidade para o trabalho	163
5.3. Determinação da entidade responsável.....	163
5.4. Reforma do pedido em caso de falecimento do autor	164
5.5. Revisão da incapacidade ou da pensão.....	165
5.6. Remição de pensões.....	167
5.7. Extinção de direitos resultantes de acidente de trabalho.....	169
5.8. Efetivação de direitos de terceiros conexos com acidente de trabalho	170
Bibliografia Essencial.....	173
Índice.....	177



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt